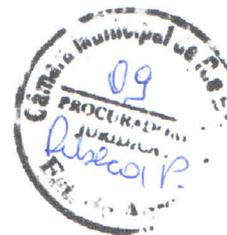




CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL



PARECER Nº 284/2021

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2021

ASSUNTO: Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2021, que "Concede Título de Cidadã Rio-Branquense à Senhora Ana Maria de Oliveira".

INTERESSADA: Diretoria Legislativa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 17/2021. CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃ RIO-BRANQUENSE À SENHORA ANA MARIA DE OLIVEIRA. EXAME DE CONSTITUCIONALIDADE E DE LEGALIDADE. SUGESTÃO DE EMENDA. APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca da legalidade e da constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2021, de iniciativa do Vereador Raimundo Castro, que tem como objetivo conceder Título de Cidadã Rio-Branquense à Senhora Ana Maria de Oliveira.

O pleito tem fundamento nos relevantes serviços prestados pela homenageada ao Município de Rio Branco.

Recebido em 15/10/2021, o projeto foi encaminhado a esta Procuradoria em 15/10/2021.

II - ANÁLISE

À luz dos artigos 2º, §2º c/c 15 da Lei municipal 2.168, de 14 de maio de 2016, incumbe a esta procuradoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

A concessão de título de cidadão ou cidadã Rio-Branquense pelo Poder Legislativo de Rio Branco é regulamentada, atualmente, pelo Decreto Legislativo nº 21/2019, que dispõe no § 1º do art. 3º:



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
PROCURADORIA GERAL**



A indicação do homenageado deverá ser apresentada, preferencialmente, até o final da primeira quinzena do mês de setembro do ano corrente, submetida apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, que analisará a forma legislativa e a composição ortográfica do projeto, o qual virá acompanhado da cópia de documento de identidade com foto e do currículo do homenageado.

Para o recebimento de proposição que versa sobre concessão de títulos de cidadão ou cidadã Rio-Branquense, necessário se faz que o autor da matéria a instrua com o *documento de identidade e o currículo* da pretensa homenageada, exigências estas que foram atendidas.

Ademais, é imperativo que a cidadã a ser contemplada com tal honraria seja radicada no país e demonstre ter realizado atividades culturais, políticas, científicas ou sociais, ou que, comprovadamente, promoveram benfeitorias à população do município de Rio Branco.

No caso, o *currículo* de fls. 05/06 demonstra que a homenageada exerceu atividades em prol do desenvolvimento do Município e do Estado.

Assim, quanto aos aspectos de ordem constitucional, legal e regimental, inexistente óbice para que a proposição seja aprovada por esta Casa Legislativa.

Todavia, no art. 2º, recomenda-se a supressão da expressão "com efeitos retroativos a 12 de dezembro de 2019", porquanto a concessão de título honorífico é ato que não se compatibiliza com a previsão de eficácia retroativa.

Por fim, a comando do disposto no art. 3º, *caput*, do Decreto Legislativo nº 21/2019, a proposição depende de aprovação de quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros que compõem a Câmara.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria entende que inexistente óbice jurídico para a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17/2021.

Recomenda-se que o projeto tramite na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Rio Branco-Acre, 19 de outubro de 2021.

Renan Braga e Braga
Procurador